

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS-UNITINS**  
**CURSO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

**APP “MARIA DA PENHA TO on-line”**

Projeto de conclusão de Curso de Sistemas de Informação apresentado à Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em sistemas de informação.

Orientador: Prof. Carlos Henrique Corrêa Tolentino.

ZHYDANI REIS BENIGNO

PALMAS  
MARÇO / 2022

## SUMÁRIO

1. RESUMO.....
2. INTRODUÇÃO.....
3. OBJETIVOS.....
4. JUSTIFICATIVA.....
5. REVISÃO LITERÁRIA.....
6. METODOLOGIA.....
7. CRONOGRAMA.....
8. REFERÊNCIAS.....
9. ANEXOS.....

## RESUMO

## **1- INTRODUÇÃO**

## **2- OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Desenvolver um aplicativo que permita uma interação mais rápida e segura entre as vítimas de violência doméstica e os órgãos de proteção, delegacias ou empresas de segurança, tornando possível a realização de uma denúncia em tempo real pelo próprio aplicativo, facilitando o socorro da própria vítima.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- a) Encaminhar os pedidos de ajuda e denúncias online para um site;
- b) Indicar rotas até uma delegacia especializada em violência da mulher ou doméstica ou serviço de atendimento mais próximo;
- c) Criar um botão de pedido de ajuda para acesso rápido;
- d) Disponibilizar um chat com a equipe desta localidade e outras equipes voluntárias (delegacia virtual, por exemplo);
- e) Criar um gravador para registrar provas;
- f) Garantir o anonimato da denúncia realizada pela mulher em violência doméstica;
- g) Outros requisitos que for necessário acrescentar.
- h) Apresentar por meio de um mapa, locais nos quais as vítimas possam buscar por ajuda.

- i) Através de uma interface discreta, dificultar o acesso do agressor por meio de uma tela falsa que será visualizada todas as vezes em que o app for inicializado, assim como o nome e a logo.

### **3- JUSTIFICATIVA**

### **4- REVISÃO LITERÁRIA**

### **5- METODOLOGIA**

### **6- DESENVOLVIMENTO**

### **7- CONCLUSÃO**

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: ([Lei nº 11.340 \(planalto.gov.br\)](#)). Acesso em: 11 DE MARÇO DE 2022.

BRASIL. Lei n.º 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Disponível em: ( [L10778 \(planalto.gov.br\)](#) ). Acesso em: 11 de março de 2022.

Rodrigues. Flávia M. Corsi. ISIS – Aplicativo de Denúncias. TCC- Instituto Federal do Paraná. 2019